



Justiça pela
Paz em Casa

O Judiciário está com você no
enfrentamento à **violência doméstica**

**19ª SEMANA DA JUSTIÇA
PELA PAZ EM CASA**

22 A 26 DE NOVEMBRO DE 2021

 **PODER JUDICIÁRIO**
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

 **Coordenadoria Estadual da Mulher em
Situação de Violência Doméstica e Familiar**

A abertura da **19ª Semana Pela Paz em Casa**, contou com a participação da presidente da coordenadoria da Mulher, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, e com uma palestra, com a ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Ivana Farina, sobre políticas de equidade de gênero. Todos os eventos serão transmitidos pelo canal da Escola Judicial do Estado de Goiás, no Youtube.

Ainda aconteceu uma mesa redonda com presença da coordenadora da mulher do TJGO, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, com o vice-coordenador, juiz Vítor Umbelino Soares Júnior; e com a integrante do Conselho Estadual da Educação de Goiás e presidente da Câmara Superior de Educação, Gláucia Maria Teodoro Reis. No conteúdo programático será abordado uma contextualização da Constituição Federal e da legislação, as políticas de equidade do CNJ e o protocolo de julgamento com perspectiva de gênero.

Apesar dos avanços na legislação, a exemplo da Constituição e da própria Lei Maria da Penha, o sistema normativo brasileiro não é suficiente para o enfrentamento da violência doméstica. A afirmação é do vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, juiz Vitor Umbelino Soares Júnior, que junto à integrante do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás e presidente da Câmara Superior de Educação, Gláucia Maria Teodoro Reis, falou sobre o tema na última edição do ano da Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa.

PROGRAMAÇÃO

19ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

22 DE NOVEMBRO | CERIMÔNIA DE ABERTURA E MESA REDONDA

Horário: 9h

Tema: Políticas de equidade de gênero

Palestrante:



Dra. Ivana Farina Naves de Pena
Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás

Participantes da mesa redonda:



Dese. Sancia Regina Teodoro Reis
Desembargadora do TJGO e Coordenadora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar



Dra. Gláucia Maria Teodoro Reis
Membro do Conselho Estadual de Educação de Goiás e Presidente da Câmara de Educação Superior



Dr. Vitor Umbelino Soares Junior
Juiz de Direito do TJGO e Vice-Coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Local: Transmissão online pelo canal institucional da Escola Judicial do Estado de Goiás (EJUG) no Youtube

Público-alvo: Aberto ao público

Conteúdo programático:

- Uma contextualização na Constituição Federal e nas leis
- A política de equidade no CNJ
- O protocolo para julgamento com perspectiva de gênero (CNJ/ENFAM)

*Haverá emissão de certificado da palestra

26 DE NOVEMBRO | PALESTRA ONLINE

Horário: 9h

Tema: O sistema normativo brasileiro é suficiente para o enfrentamento à Violência Doméstica?

Palestrantes:



Dra. Gláucia Maria Teodoro Reis
Membro do Conselho Estadual de Educação de Goiás e Presidente da Câmara de Educação Superior



Dr. Vitor Umbelino Soares Junior
Juiz de Direito do TJGO e Vice-Coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

Local: Transmissão online pelo canal institucional da Escola Judicial do Estado de Goiás (EJUG) no Youtube

Público-alvo: Aberto ao público

*Haverá emissão de certificado da palestra



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

NOVEMBRO

19ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

A abertura da 19ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa, promovida pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), na manhã desta segunda-feira (22), teve as participações do presidente do TJGO, desembargador Carlos França, do governador do Estado, Ronaldo Caiado, e da presidente da Coordenadoria da Mulher, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis. Na solenidade de abertura, o chefe do Poder Judiciário Estadual, desembargador Carlos França, saudou os presentes e agradeceu o empenho dos organizadores do evento, na pessoa da desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis e sua equipe, bem como os palestrantes. “Essa temática é sempre atual e necessária para a incessante caminhada rumo à consolidação do princípio da dignidade humana”, afirmou Carlos França.

O presidente do TJGO também lembrou que a 19ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa acontece numa data próxima à celebração do Dia da Consciência Negra, comemorada em 20 de novembro. “O atlas da violência de 2021 revela que 66% das mulheres assassinadas no Brasil no ano de 2019 eram negras, o que reforça ainda mais a urgência para a adoção de políticas públicas visando combater toda e qualquer forma de violência contra a mulher”, ressaltou o chefe do Poder Judiciário goiano.



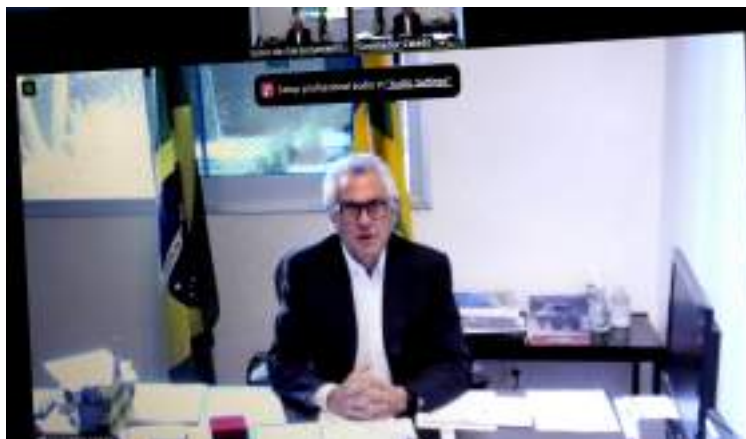
Legenda: Compuseram a mesa redonda da abertura da 19ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa, o juiz auxiliar da Presidência, Reinaldo Dutra; a titular da 2ª Vara Judicial da comarca de Mozarlândia, juíza Marianna de Queiroz Gomes; a presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (AsmeGO), juíza Patrícia Carrijo; O titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Goiânia e vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juiz Vitor Umbelino Soares Júnior; o 2.º vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juiz André Reis Lacerda; a integrante do Conselho Estadual de Educação do Estado de Goiás e presidente da Câmara Superior de Educação, Gláucia Maria Teodoro Reis; e a diretora do curso de Direito da Universidade Salgado de Oliveira, Antônia Chaveiro.



Legenda: Dra. Ivana Farina, Des. Sandra Teodoro, Dra. Gláucia Maria Teodoro, Dra. Antônia Chaveiro e Dra. Patrícia Carrijo.



Participação do Presidente do Tribunal e Justiça do Estado de Goiás, desembargador Carlos França (foto acima) e do governador do Estado e Goiás, Ronaldo Caiado (foto abaixo)



De acordo com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, o debate e as soluções acerca da violência doméstica contra a mulher devem ser prioridade de órgãos envolvidos na proteção das mulheres e dos direitos humanos. “A agressão contra a mulher, num patamar de reincidência, não raro caminha para o feminicídio, o que será combatido com veemência no nosso Estado”, assegurou o governador do Estado. “O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Segurança Pública, está determinado a coibir todo tipo de violência contra as mulheres, seja no âmbito doméstico, profissional ou social”, anunciou o governador.

Também presente à solenidade de abertura, a presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (AsmeGO), juíza Patrícia Carrijo, elogiou a gestão do desembargador Carlos França à frente do Poder Judiciário Estadual e a dedicação da presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar pela causa da igualdade de gêneros. “A desembargadora Sandra Teodoro é um exemplo de profissional e de mulher, que nos representa com brilhantismo nessa luta por uma sociedade mais justa”, afirmou a magistrada.



Legenda: Des. Sandra Teodoro, Dr. André Lacerda e Dra Marianna de Queiroz.

Ainda durante a solenidade de abertura do evento, a desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis empossou o titular da 10ª Vara Criminal dos crimes punidos com reclusão de Goiânia, juiz André Reis Lacerda, como 2.º vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, e a titular da 2ª Vara Judicial da comarca de Mozarlândia, juíza Marianna de Queiroz Gomes, como diretora executiva dos Grupos Reflexivos do Poder Judiciário do Estado de Goiás.

A procuradora de Justiça do MPGO e ex-conselheira do CNJ, Ivana Farina Navarrete Pena, explicou que o CNJ estabeleceu duas políticas nacionais de igualdade e equidade de gênero, por meio das Resoluções CNJ n.º 254 e 255, com o objetivo de incentivar a participação institucional feminina no Poder Judiciário e o enfrentamento à violência contra as mulheres. “Essas políticas públicas se comunicam e buscam coibir a violência familiar e doméstica, considerando o dever do Estado de assegurar assistência à família, por meio de instrumentos de pacificação, e à importância da manutenção de espaços democráticos e de igualdade entre homens e mulheres”, ressaltou a palestrante.

Ivana Farina Navarrete Pena é bacharel em Economia pela então Universidade Católica de Goiás (UCG), atualmente Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), e em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Ingressou no MPGO em 1989, tendo exercido a função de promotora de Justiça nas comarcas de Alexânia, Formoso, Sanclerlândia, Niquelândia, Morrinhos e Goiânia. Também atuou, por duas vezes, na assessoria parlamentar e no Conselho Superior da instituição. Foi procuradora-geral de Justiça do Estado de Goiás por dois mandatos, quando presidiu o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ).

Em 2016, Ivana Farina foi presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e exerceu o cargo de secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ivana Farina foi nomeada, em outubro de 2019, conselheira do CNJ, cargo que exerceu até recentemente.



Legenda: Dra Ivana Farina e desembargadora Sandra Teodoro.



O juiz Vitor Umbelino e a Dra. Gláucia Teodoro participaram da mesa redonda na abertura da semana pela paz em casa.



Entrevistas concedidas durante a abertura do evento.



Equipe da Coordenadoria da Mulher e palestrante da 19ª Semana Pela Paz em Casa.

Durante a programação do segundo dia da 19ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, presidida pela desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, representando, na ocasião, o chefe do Poder Judiciário Estadual, desembargador Carlos França, procedeu à assinatura de três termos de cooperação, com o objetivo de reforçar os instrumentos para o enfrentamento da violência contra as mulheres no Estado de Goiás.

- Termo de Cooperação com a Associação dos Registradores das Pessoas Naturais de Goiás (ARPEN-GO) referente ao Protocolo Sinal Vermelho nos Cartórios;
- Termo de Adesão da Cidade de Iporá-GO ao Projeto Educação e Justiça Lei Maria da Penha na Escola;
- Termo de Cooperação para desenvolvimento e implantação de Aplicativo com vistas ao combate à violência doméstica e familiar, bem como atendimentos de segurança à mulher em situação de violência doméstica e familiar no âmbito do Estado de Goiás, por meio de Aplicativo de rede de telefonia móvel e website denominado "Appenha".



Desembargadora Sandra Teodoro durante a solenidade para assinatura de termos de cooperação.



Estiveram virtualmente presentes na solenidade do segundo dia da 19ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis; o juiz auxiliar da Presidência do TJGO, Reinaldo Dutra, o enfrentamento à violência doméstica; juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO), Gustavo Assis Garcia, na ocasião representando o corregedor-geral da Justiça de Goiás, desembargador Nicomedes Domingos Borges; vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, juiz Vitor Umbelino Soares Júnior; 2.º vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juiz André Reis Lacerda; o titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Rio Verde, juiz Rodrigo Brustolin; delegado geral da Polícia Civil do Estado de Goiás, Alexandre Lourenço, que no evento representava o secretário de Segurança Pública do Estado, Rodney Miranda; a subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), procuradora de Justiça Laura Bueno; a promotora de Justiça do MPGO, Tamara Botovchenco Rivera; a defensora pública Tatiana Maria Bronzato, que é coordenadora do Núcleo Especializado de Defesa e Promoção dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública; o secretário de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás (Seds), Wellington Matos de Lima; a superintendente da Mulher e da Igualdade Racial da Secretaria de Desenvolvimento Social, Rosi Guimarães; a presidente da Comissão da Mulher Advogada (CMA) da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás (OAB-GO), a advogada Ariana Garcia do Nascimento Teles, na oportunidade representando o presidente da OAB-GO, Lúcio Flávio Siqueira de Paiva; professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Maísa Silva, virtualmente presente no evento, e na ocasião representando o reitor e vice-reitora da UFG, Edward Madureira e Sandramara Matias Chaves, respectivamente; a secretária executiva da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Karolinne Pena, na ocasião representando a secretária Tatiana Lemos; a comandante do Batalhão Maria da Penha da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), tenente-coronel Neila de Castro Alves; a comandante da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, Luiza Sol; o médico e deputado federal Zacarias Calil, bem como o deputado estadual Virmondés Cruvinel Filho, na ocasião representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), Lissauer Vieira; o prefeito da cidade de Iporá, Naçotitan Araújo; a secretária executiva e a psicóloga da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Lucelma Messias, e Daniela Rodrigues Nascimento, respectivamente, entre outras autoridades.

“Estar à frente da Coordenadoria da Mulher é uma responsabilidade que abraço, como um compromisso pessoal e profissional, nesta longa caminhada de combate e enfrentamento à violência doméstica contra a mulher”, disse a presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, durante a solenidade de assinatura dos termos de adesão. Ela ressaltou a importância do estabelecimento de parcerias e o apoio dos órgãos públicos, do setor privado e da sociedade civil para a efetivação de projetos e políticas públicas que visem o enfrentamento da violência contra as mulheres. “O ato de hoje, mesmo que simbólico, demonstra o engajamento, a sintonia e o compromisso daqueles que, em harmonia, buscam promover a transformação da nossa sociedade”, destacou a desembargadora.

Conforme o juiz auxiliar da Presidência do TJGO, Reinaldo Dutra, o enfrentamento à violência doméstica, bem como o apoio e proteção aos direitos da mulher são temas prioritários na atual gestão do TJGO, presidida pelo desembargador Carlos França, o que, segundo ele, está alinhado com o diligente e ativo trabalho da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, liderada pela desembargadora Sandra Teodoro, e notavelmente desempenhado por sua equipe. “A relevância do tema não permite demoras, é preciso agir com imediatismo contra a violência e desigualdade de gênero”, ressaltou Reinaldo Dutra.

O juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás (CGJGO), Gustavo Assis Garcia, na ocasião representando o corregedor-geral da Justiça de Goiás, desembargador Nicomedes Domingos Borges, falou da satisfação de acompanhar e participar das ações da Coordenadoria da Mulher, “capitaneadas pelo brilhante trabalho da desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis”. De acordo com o magistrado, iniciativas como o desenvolvimento do aplicativo “Appenha” são “relevantes para a redução dos índices da violência doméstica e familiar no Estado”.

Para a promotora de Justiça Tamara Botovchenco Rivera, titular da 77ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), com atuação na área criminal, especificamente no 3º Juizado da Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher, “o desafio de dar continuidade ao trabalho de enfrentamento aos diversos tipos de violências sofridos pelas mulheres é urgente e carece da devida articulação de políticas públicas que possibilitem o pleno exercício de cidadania”.

Termos de cooperação

Entre os conteúdos assinados estão o termo de adesão ao Projeto Educação e Justiça Lei Maria da Penha na Escola, que integra o Pacto Goiano Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, o termo de cooperação para desenvolvimento e implantação de aplicativo com vistas ao combate à violência doméstica e familiar, bem como atendimentos de segurança à mulher em situação de violência doméstica e familiar no âmbito do Estado de Goiás, por meio do desenvolvimento de software de rede de telefonia móvel e website denominado “Appenha”, além do termo de cooperação entre a Associação dos Registradores das Pessoas Naturais de Goiás (ARPEN-GO) e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, referente ao Protocolo Sinal Vermelho nos Cartórios.

Projeto Educação e Justiça: Lei Maria da Penha na Escola

“A isonomia de gênero e o fim da violência doméstica contra a mulher decorre de mudanças que devem acontecer não só no âmbito do sistema jurídico, mas especialmente na educação e na cultura de uma sociedade que ainda se encontra permeada por valores machistas”, destacou o vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, juiz Vitor Umbelino Soares Júnior. Ele explicou que a adesão ao termo de cooperação ao Projeto Educação e Justiça: Lei Maria da Penha na Escola, pelo município de Iporá, representa a continuidade do estabelecimento conjunto de ferramentas educacionais para a transformação social e cultural pelos direitos da mulher. O Projeto Educação e Justiça: Lei Maria da Penha na Escola é uma iniciativa conjunta, desempenhada por profissionais do Poder Judiciário do Estado de Goiás, Secretaria de Estado, Cultura e Esporte de Goiás e secretarias municipais de Educação.

Appenha

O 2.º vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juiz André Reis Lacerda, explicou que “o mote do desenvolvimento do aplicativo Appenha surgiu da necessidade de reduzir os índices inconcebíveis de violência de gênero”, e exemplificou que outros estados da Federação, como São Paulo, já desenvolveram aplicativos semelhantes. Ele ainda destacou que o trabalho da Coordenadoria da Mulher passa pela conscientização de um mundo igualitário num regime normativo, em que as normas devem promover a igualdade. “O nosso objetivo é a construção de uma cultura livre do machismo, do patriarquismo arraigado e da violência contra a mulher”, informou o magistrado.

O 2.º vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juiz André Reis Lacerda, explicou que “o mote do desenvolvimento do aplicativo Appenha surgiu da necessidade de reduzir os índices inconcebíveis de violência de gênero”, e exemplificou que outros estados da Federação, como São Paulo, já desenvolveram aplicativos semelhantes. Ele ainda destacou que o trabalho da Coordenadoria da Mulher passa pela conscientização de um mundo igualitário num regime normativo, em que as normas devem promover a igualdade. “O nosso objetivo é a construção de uma cultura livre do machismo, do patriarquismo arraigado e da violência contra a mulher”, informou o magistrado.

O projeto piloto da criação do aplicativo Appenha, que já está em fase final de ajustes para operação, será aplicado inicialmente na comarca de Rio Verde, por meio da atuação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que tem como titular o magistrado Rodrigo de Melo Brustolin. “Iniciaremos a utilização do aplicativo na comarca de Rio Verde, em função de todo o trabalho de enfrentamento à violência doméstica, semeado pelo juiz Vitor Umbelino quando esteve responsável por aquela unidade judiciária, para, posteriormente, levarmos esse projeto a todas as comarcas de Goiás”, salientou André Lacerda.

“Como instituição responsável pela promoção do acesso a Justiça aos vulneráveis, situação recorrente para as mulheres inseridas num contexto de violência, valorizamos essa articulação interinstitucional para promover Justiça e igualdade”, disse o representante da Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), o defensor público Tiago Gregório Fernandes, durante a solenidade, ocasião em que representou o defensor público geral do Estado de Goiás, Domilson Rabelo da Silva Júnior.

De acordo com o delegado geral da Polícia Civil do Estado de Goiás, Alexandre Lourenço, que no evento representava o secretário de Segurança Pública do Estado, Rodney Miranda, “o momento é alvissareiro no que diz respeito à defesa dos direitos humanos, especialmente ao direito da mulher, que se materializa nas ações desempenhadas pelo Poder Judiciário Estadual, por meio da atuante Coordenadoria da Mulher”. Ele observou que o aumento da violência contra as mulheres no cenário da pandemia traz a necessidade de medidas urgentes para devolver a dignidade humana às vítimas de violência. “Estamos estruturando uma nova delegacia de amparo e proteção às mulheres, o que evidencia o lamentável crescimento dos índices de violência”.

Sinal Vermelho

Aproximadamente quinze mil cartórios em todo o país aderiram à campanha Sinal Vermelho, iniciativa contínua empreendida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), e que também envolve a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), entidade responsável pelos cartórios no país. A ação dentro dos cartórios funciona como um ponto de apoio para as mulheres vítimas de violência doméstica. O sinal representado pelo desenho da letra X na palma da mão indica um pedido de socorro da vítima, e vai auxiliar o reconhecimento de situações de violência contra a mulher pelos funcionários do cartório, possibilitando o pronto e discreto acionamento da força policial.

A Anoreg disponibilizou materiais, entre vídeos, cartilha, cartazes e postagens para as redes sociais, com o objetivo de capacitar os colaboradores para oferecer esse auxílio às mulheres e acionar a polícia. A mulher deve ser recebida em uma sala da unidade cartorária e, caso não queira ou não possa ter auxílio naquele momento, os dados pessoais, como CPF e RG, são anotados e, posteriormente, comunicado às autoridades.

“A campanha Sinal Vermelho é uma resposta conjunta ao recente aumento dos registros de violência contra a mulher durante a pandemia”, ressaltou o presidente da ARPEN-GO, Bruno Quintilhiano. Para ele, o papel da entidade que representa pode ser de ajuda e colaboração na importante luta pelo enfrentamento da violência contra mulheres. “Os cartórios, enquanto prestadores de serviços essenciais, devem ajudar na proteção dessas mulheres, vítimas de violência, se mobilizando pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária”, declarou Bruno Quintilhiano durante a solenidade de assinatura do termo de adesão.

A presidente da Comissão da Mulher Advogada (CMA) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO), a advogada Ariana Garcia do Nascimento Teles, na oportunidade representando o presidente da OAB-GO, Lúcio Flávio Siqueira de Paiva, destacou a importância do desenvolvimento das ações empreendidas pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO no combate à violência doméstica. “A OAB-GO se une ao Poder Judiciário Estadual e à rede de proteção às vítimas de violência com o objetivo de assegurar as prerrogativas dos direitos das mulheres”.

NOVEMBRO

19ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

Seguindo a Programação da 19ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, a Desembargadora Sandra Teodoro participa do Evento organizado pela Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, intitulado “1º Encontro – Mulheres por Excelência”. Também estão presentes a Coronel Ester, Tatiana Diesel, Tenente Karla e Tenente Waldeisa.

O evento objetiva “tratar da Proatividade em Segurança pessoal para mulheres como forma de fornecer ferramentas de autoajuda e apoio às mulheres, além de auxiliar na identificação das situações de vulnerabilidade pessoal e de pessoas próximas, o evento busca, também, potencializar a autoestima feminina”.



Coronel Ester, Des. Sandra Teodoro, Tatiana Diesel, Tenente Karla e Tenente Waldeisa



Desembargadora Sandra Teodoro
Evento da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar

No Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a Desembargadora Sandra Teodoro participou da Audiência Pública com o tema: "Combate ao Femicídio", organizado pela Deputada Adriana Accorsi.

A Deputada Adriana Accorsi destacou a trajetória da Desembargadora Sandra Teodoro como um marco no Poder Judiciário e que a presença dela fortalece a luta das mulheres contra a violência doméstica. Em nome da Des. Sandra, esta equipe parabeniza o profícuo trabalho realizado pela deputada na luta pelos direitos das mulheres.



“Retomar a história da origem desse movimento é relevante para lembrarmos que as desigualdades de gênero atravessam as vidas das mulheres e geram violências. Violências que se manifestam nas perversidades das relações de intimidade e familiaridade, mas também nos espaços públicos, em que o corpo das mulheres é objetivado.



Quando se fala de violência contra mulheres não há que se pensar apenas na forma física de agressão, nem apenas na violência doméstica e familiar. Mesmo que não seja explícita, a violência de gênero contra nós mulheres é constante e se esconde em detalhes do cotidiano.” disse a presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis.

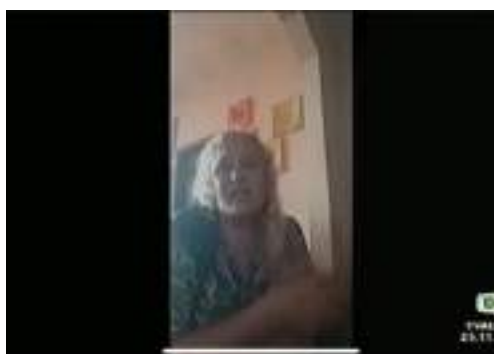
Também estavam presentes na Audiência Pública:



Dra. Josi-Delegacia da Mulher
Audiência Pública: Combate ao Femicídio



Fátima Marinho-Pesquisadora pela Universidade de São Paulo
Audiência Pública: Combate ao Femicídio



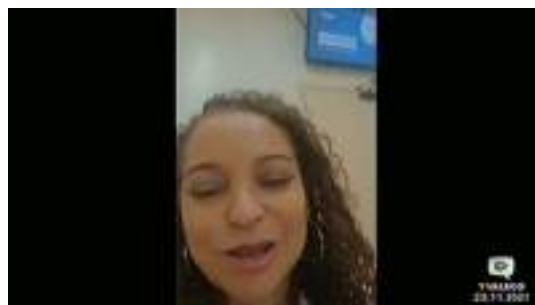
Beth Fernandes-Conselho dos Direitos das Mulheres
Audiência Pública: Combate ao Femicídio



Tatiana Lemos-Sec. Mun de Políticas para Mulher
Audiência Pública: Combate ao Femicídio



Christiane Souza-Vice presidente do Conselho Municipal da Juventude
Audiência Pública: Combate ao Femicídio



Ana Rita de Castro-Presidenta do Conselho de Direito das Mulheres
Audiência Pública: Combate ao Femicídio



Dina Alves-Representante do Grupo de Atenção as Crianças, Adolescentes e Mulheres em Situação de Violência e o Bloco Não é Não
Audiência Pública: Combate ao Femicídio



Sherloma Aires-Coordenadora da Mulher
Audiência Pública: Combate ao Femicídio



Além da participação no XI Encontro Nacional da COPEVID com o tema Lei Maria da Penha: Interseccionalidades e alterações legislativas. O evento aconteceu no formato híbrido: na modalidade presencial, realizado no auditório do edifício-sede do MPGO e, na modalidade on-line, na plataforma Zoom.

Durante a abertura do encontro, promovido no ano da comemoração dos 15 anos da Lei Maria da Penha, ocorreu o lançamento da Campanha Nacional "Voz para todas" além da realização da Conferência Magna: Lei Maria da Penha - Interseccionalidades e alterações legislativas. O evento teve como público-alvo: integrantes do Ministério Público brasileiro, do Poder Judiciário, da rede de atendimento à mulher em situação de violência e comunidade acadêmica.

O evento foi promovido pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás (Esump-MPGO), o Centro de Apoio Operacional do MPGO (área de atuação em Políticas Públicas e Direitos Humanos), o Núcleo de Gênero (MPGO), a Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica (Copevid) e o Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE).

A desembargadora Sandra Teodoro esteve presente ao lado de integrantes do Ministério Público Brasileiro, integrantes do Poder Judiciário, integrantes da rede de atendimento à mulher em situação de violência e comunidade acadêmica.

Na foto estão presentes: Dra. Cristina Lopes; Promotora Rúbian Corrêa, Des. Sandra Teodoro; Procuradora Ivana Farina, Promotora Tamara Botovchenco e Juiz Vitor Umbelino.



Na foto estão presentes: Promotora Tamara Botovchenco, Procuradora Tatiana Fayad, Desa. Sandra Teodoro, Promotora de Justiça da Bahia, Sara Gama (presidente do COPEVID) e Governador Ronaldo Caiado.

A 19ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa ainda contou com a realização da palestra com o tema: "O Sistema normativo brasileiro é suficiente para o enfrentamento à Violência Doméstica?" com o vice-coordenador da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJGO, juiz Vitor Umbelino Soares Júnior e a Dra. Gláucia Maria Teodoro Reis.

Conforme a presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Estadual, desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis, a conjunção de iniciativas empreendidas pela coordenadoria e apoiadas pela atual gestão do TJGO, presidido pelo desembargador Carlos França, e pela Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás, que tem à frente o desembargador Nicomedes Domingos Borges, "ensejou a promoção de intervenções a fim de que as práticas jurídicas avançassem para uma hermenêutica, considerando a perspectiva de gêneros", destacou a desembargadora na cerimônia de encerramento da 19ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa.



A 19ª edição da Semana da Justiça Pela Paz em Casa disponibilizou tradução simultânea de intérpretes em libras, apresentada por Marcelo Carvalho e Fabiana Garcia, e teve transmissão pelo canal da Escola Judicial do Estado de Goiás (Ejug) no Youtube.



Foi realizada durante essa edição uma parceria com o Programa Justiça Ativa, representada pelo Juiz Reinaldo Dutra e o Juiz Paulo Paludo. O programa tem sido efetivo no combate à violência contra as mulheres.

Para cada Semana ocorrida, os Tribunais de Justiça dos Estados mensuram seus esforços e encaminham ao CNJ os dados quantitativos sobre os atendimentos realizados, conforme determinado na Resolução nº 254/2018 do CNJ.

Estatísticas dos esforços concentrados

22 A 26 DE NOVEMBRO DE 2021

Quantidade de Audiências Preliminares, Acolhimento e Justificação

19

Quantidade de Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha

53

Quantidade de Audiências de Instrução

313

Quantidade de Despachos proferidos

1.322

Número de magistrados e magistradas que atuaram na Semana

49

Número de servidores e servidoras que atuaram na Semana

165

Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos

1.076

Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas na Semana

265

Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas na Semana

07

Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas (Decisões revogando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor)

352

Total de Sentenças de Conhecimento com resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana

271

Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem resolução de mérito em Violência doméstica contra a mulher na Semana

76